

FONTE : JB

CLASS. : Direitos

DATA : 23 04 92

PG. : 5/ cidadas

Índio quer a propriedade do território

SÃO PAULO — A criação de um território indígena, à semelhança de um estado, com governador indicado e representação no Congresso, uma parte da arrecadação tributária e uma retribuição enfiteútica (uma espécie de taxa de indenização anual a ser paga pela União por ter tomado as terras que sempre foram dos índios). Essas são algumas das reivindicações da Carta de Direitos dos Índios do Brasil, que será divulgada oficialmente, hoje, pela Subcomissão do Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo (OAB-SP) e pelo Comitê Intertribal — 500 Anos de Resistência.

Para elaborar a carta, representantes do Comitê Intertribal e da OAB se reuniram 19 vezes. O documento servirá de subsídio para os índios brasileiros na Conferência Mundial dos Povos Indígenas, que acontecerá na Aldeia Kari-Oca, no Rio de Janeiro, de 25 a 30 de maio. Com a criação do território, que englobaria todas áreas indígenas do país, acabaria a figura do usufruto da terra.

Hoje, os índios não são donos das terras, mas sim a União. Eles apenas têm o direito de usufruto. "O território indígena seria uma unidade da federação", explica Antônio Fernando Pinheiro Pedro, coordenador da Subcomissão do Meio Ambiente da OAB-SP. Nesse território, diz a carta, "haverá a lei que reconhecer aos povos indígenas, resguardada a indisponibilidade, o direito à exploração e gestão dos recursos das terras demarcadas, sob controle não apenas do Congresso Nacional, mas também do Conselho dos Primeiros Povos, ou órgão similar, que refletirá a vontade e autonomia dos povos indígenas sobre seu território".

Para Idjarrun Karajá, representante do Comitê Intertribal, é necessário fazer alguma coisa concreta para garantir aos índios o direito de desenvolvimento. "Sempre se pensa que o índio está na pré-história e lá deve ficar", explica Karajá. "Mas os índios também têm o direito de se desenvolver de forma autônoma."

Governo refuta crítica do comitê

O Grupo de Trabalho Nacional divulgou uma resposta às críticas do Comitê Intertribal 500 Anos de Resistência, que acusa o GTN de descaso em relação a compromissos que teriam sido acordados em relação à construção da aldeia Kari-Oca, onde será realizada a Conferência dos Povos Indígenas, de 25 a 30 de maio, em Jacarepaguá. Segundo a nota, "não existe entre o GTN e o Comitê Intertribal qualquer relação de dependência ou subordinação, ou qualquer responsabilidade compartilhada a respeito da Conferência Indígena". A nota relaciona uma série de ajudas que o GTN deu aos índios, como assistência médica, luz, coleta de lixo, fornecimento de barracas sanitárias, instalação de barracas sanitárias, e ainda a doação de equipamento equivalente a Cr\$ 160 milhões.